

O NOVO CORONAVÍRUS E A AGÊNCIA DISTRIBUÍDA: entendendo a particip(ação) do atuante não-humano

EDUARDO GUEDES VILLAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

KARINA DE DÉA ROGLIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

RODRIGO SEEFELD

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

MARCOS VINÍCIUS PEREIRA CORREA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR) - CAMPUS PARANAGUÁ

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

O NOVO CORONAVÍRUS E A AGÊNCIA DISTRIBUÍDA: entendendo a particip(ação) do atuante não-humano

Resumo: Neste estudo objetivamos compreender como se deram, a partir da participação do novo coronavírus, os efeitos de mediação no sistema relacional em estudo. Em termos teóricos, empregamos a Teoria Ator-Rede e a concepção de agência distribuída para desenvolver uma análise simétrica que respeite a heterogeneidade e multiplicidade de atuantes no processo de coprodução da realidade. Neste intuito, por meio da perspectiva de antenarrativa rizomática, elaboramos três narrativas para entender os múltiplos caminhos, faces e efeitos da participação do novo coronavírus no contexto brasileiro. Como resultado, apresentamos quatro dimensões das nuances de mediação ocorridas na rede relacional. Como contribuição, por se debruçar sobre a tecitura relacional heterogênea, a teorização proposta permite discutir a participação não-humana, sem simplificá-la, objetificá-la ou humanizá-la.

Palavras-chave: Teoria Ator-Rede; Antenarrativa Rizomática; Ontologia Relacional; Mediação; Pandemia COVID-19.

1 Introdução

O novo coronavírus (*SARS-CoV-2*) inegavelmente transformou, em escala mundial, o comportamento humano, de organizações e de governos (e.g. Pisano, Sadunm & Zanini, 2020). Trata-se de um caso extremo, mas de proporções globais, que nos proporciona elementos para discutirmos a agência (unicamente) humana nos estudos e teorias organizacionais. Neste sentido, para compreendermos a dinamicidade social frente aos efeitos do novo coronavírus, torna-se necessário perspectivas teóricas que evidenciem os processos e as práticas organizativas de uma realidade fragmentada, heterogênea e em movimento.

Em linhas gerais, as teorias do campo de organizações dificilmente estendem sua análise para além dos limites da vontade do ator (ou grupo de atores) e da ação humana (Woolgar, Coopmans, & Neyland, 2009). A partir disso, a deflação do humanismo nas teorias sociais é vista como injustiça, em virtude de que o “mito ideológico” da superioridade humana é aparente reconfortante (principalmente para acadêmicos), e lhes faz sentir melhor em uma realidade que é indiferente às suas existências (McFarlane, 2013:55). Por exemplo, diante de uma força esmagadora, como sobreviver a um terremoto ou tsunami, a pergunta que surge de outras pessoas é: “*O que você fez para sobreviver?*”. E a resposta, via de regra, começa com “*Eu escolhi fazer...*” (Munro, 2012). Note que essa suposição da ação humana, concebida como ação intencional e reflexiva, a qual também é o ponto de partida de nossas teorias sociais e organizacionais para explicar a sociedade, embora atraente, tem-se mostrado ingênua (Rammert, 2012).

Mesmo que nosso objetivo, como teóricos organizacionais, seja explicar o comportamento humano, essa tarefa não pode ser atingida se a análise estiver limitada apenas a atores humanos (ver Passoth, Peuker, & Schillmeier, 2011 para um argumento similar). Assim, não há relações sociais humanas que, de alguma forma, não envolvam ou dependam de não-humanos, incluindo plantas, animais e coisas (McFarlane, 2013), de modo que, ignorar essa completude da realidade significaria desconhecer nosso papel de teóricos do social.

Nosso objetivo neste estudo consiste em compreender, a partir da entrada do novo coronavírus nos arranjos relacionais, as múltiplas inter-relações de atuantes humanos e não-humanos com foco nos efeitos mediados dessas relações. Em uma perspectiva pós-humanista, com base na Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory* – ANT daqui em diante), apresentamos as transformações relacionais advindas da pandemia de COVID-19 (doença causada pelo vírus *SARS-CoV-2*, novo coronavírus daqui em diante) no Brasil. Para entender os múltiplos caminhos, faces e efeitos da participação do vírus, nossa análise, a partir da perspectiva de ante-narrativa rizomática (Boje, 2011), se deu por meio da elaboração de três narrativas, a saber: política, econômica e sociocultural. Com base na análise dessas narrativas, alcançamos um quadro teórico-analítico para explicar as nuances de mediação diante da participação do novo coronavírus, desumanizando a

questão da agência, e evidenciando a participação de múltiplos atuantes em um processo de coprodução da realidade.

2 Revisão de Literatura

Na ANT, por meio de uma ontologia relacional, entende-se que elementos não são sólidos, discretos ou claramente separados do seu contexto (Callon & Law, 1997). Há oposição, portanto, à ontologia de substância, em que se sugere a distinção entre sujeito e objeto com fronteiras bem estabelecidas. Nesta perspectiva, a força explicativa da ação não vem de um pensamento de concentração, pureza ou unidade, mas da disseminação, da heterogeneidade e de múltiplas relações (Latour, 2004). O termo não-humano é apresentado nesta abordagem não para fazer uma dicotomia humano/não-humano, mas para dar voz a outros elementos que, até então, eram desprezados ou subjugados nos processos de análise.

A concepção de não-humanos na ANT estabelece um ponto de partida para fornecer uma interpretação adequada da complexidade das associações que se formam *entre* humanos e *com os* não-humanos (Sayes, 2014). Ou seja, quando se advoga pela simetria generalizada entre humanos e não-humanos, significa simplesmente não impor *a priori* alguma assimetria espúria entre ação intencional humana e um mundo material de relações causais (Latour, 2005).

Assim, os não-humanos ‘fazem algo’ que não pode ser reduzido ao que os atores humanos fazem com eles, uma vez que os não-humanos mudam a maneira pela qual as coisas são organizadas socialmente e realizam um (importante) papel em sua produção (Latour 1996, Passoth et al., 2012). Latour (1992) sugere que, como regra descritiva, toda vez que queiramos saber o que um ator não-humano faz, podemos imaginar o que humanos e outros não-humanos teriam que fazer, em sua ausência, para produzir uma realidade igual àquela com sua presença. Esta substituição imaginária dimensiona exatamente “*o papel ou função desse pequeno personagem*” (Latour, 1992: 155).

Nas pesquisas sob o guarda-chuva da ANT, o termo não-humano já foi utilizado para se referir a micro-organismos, animais, fenômenos naturais, ferramentas e artefatos técnicos, estruturas materiais, equipamentos de transporte, textos e teorias (Sayes, 2014). Nas palavras de Latour (2005: 72), para incluir na análise estes múltiplos elementos da ação, “*por falta de um termo melhor, podemos chamar de não-humanos*”. Dessa forma, a teoria não trata da inserção de atores não-humanos em uma análise centrada no ser humano. Prescinde-se desta movimentação ontológica que se abstém de impor categorias antecipadamente, para que as diferenciações possam emergir nas e por meio das relações heterogêneas que se apresentarem (Mol, 2010).

Latour (2000:117), de forma a provocar a simetria analítica, afirma que “*as coisas (things) são injustamente acusadas de serem apenas coisas*”. Ao se referir a micro-organismos, elétrons e rochas utilizados nos experimentos científicos, o autor indica que estes não são “meros objetos”. Pelo contrário, Latour explica que estes objetos não têm escrúpulos em se opor à alegação do cientista, comportando-se das formas mais indisciplinadas, bloqueando os experimentos, desaparecendo de vista, morrendo, recusando para replicar ou explodir o laboratório em pedaços (Latour 2000). Ou, simplesmente, os não-humanos sempre resistem e desordenam as pretensões de os controlar.

Neste sentido, os não-humanos, ao adentrar em um sistema de relações, são dotados de um certo conjunto de competências (não-intrínsecas) e, ao mesmo tempo, também exigem um conjunto de competências dos atores com os quais se aninham. Os não-humanos são alterados por sua circulação e, em adição, mudam a rede de relações ao circularem (Sayes, 2014). Em outras palavras, eles agem (relacionalmente) ao mesmo tempo que exigem novas formas de ação de outros com os quais estão em relação.

Callon e Law (1997) sustentam que os não-humanos intervêm ativamente para empurrar a ação em direções inesperadas e, assim, a distinção entre o humano e o não-humano é uma consequência ou um efeito, não anterior à própria ação. Desta forma, todos (humanos e não-

humanos) estão engajados em ações que produzem diferenças, alteram o estado do mundo, produzem eventos inesperados e provocam mudanças que não teriam acontecido sem eles (Latour, 2005).

Cabe explicar ainda que nesta perspectiva se combate o “mito ideológico” da ação humana, em que a independência humana de agir, sua liberdade, reflexividade, livre arbítrio, capacidade de criação, autoconsciência, personalidade, foram conflacionadas para colocar a noção de agência no centro da teoria social humanista (Passoth et al., 2012). Analiticamente, pela perspectiva da ANT, um ator humano é um efeito gerado por uma rede de materiais heterogêneos com os quais interage (Law, 1992).

Para Latour (1999), nem humanos e nem não-humanos possuem capacidade intrínseca de ação, pois a ação é resultado de um processo contínuo de tradução, de conexões e de negociações. Assim, ninguém mais, em particular, faz qualquer ação, simplesmente porque nunca se está sozinho (Latour, 2005, Sayes, 2014). Como efeito da ação relacional, por exemplo, o ator humano aparentemente não-problemático e bem-definido das abordagens humanistas é também uma rede. Nas palavras de Law (1999:12), “*Sim, é mais de um. Não é uma única coisa. Não é singular. Mas nem sempre é uma pilha aleatória de pedaços*”.

A agência deixa de ser um monitoramento intencional e reflexivo da ação em posturas voluntaristas ou deliberação reflexiva sobre escolhas estruturalmente definidas em posições codeterministas (ver Emirbayer, 1997). A agência emerge da relação com o outro, à medida que múltiplas relações se aninham e se desdobram no tempo e no espaço (Passoth et al., 2012, Burkitt, 2016). É nesse sentido que Sayes (2014) explica que a ANT adota um conceito mínimo de agência, pois, ao deflacionar a concepção de agência de capacidades intrinsecamente humanas (e.g. intencionalidade, reflexividade, voluntarismo, etc.), permite capturar todas as entidades que fazem ou provocam alguma diferença em outra entidade ou em uma rede.

Por essas razões, adota-se o termo atuante (*actant*) para significar qualquer coisa que atue e ator para significar o que “*é feito como a fonte*” de uma ação (Latour, 1992: 155). Ao defender o sentido semiótico, o termo atuante significa ‘algo que age’ ou ‘que a atividade é concedida por terceiros’, e não implica nenhuma motivação especial dos atores individuais humanos (Latour, 1992).

Diante desse contexto, não existe um repertório fixo de agências (Sayes, 2014), dado que a ação é um conjunto de agências. Ao adotar a perspectiva ator-rede não se pode alcançar um caso coerente, controlado, bem-arredondado, e com arestas aparadas (Woolgar et al., 2009), em razão de que a ação é “*deslocada, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída e traduzida*” (Latour, 2005: 60). Ressaltamos que a própria concepção de ação é diferente, ou seja, o interesse passa a ser o conjunto heterogêneo e relacional que provoca a ação, sem assumir qualquer princípio de causalção.

Dessa forma, só poderia se falar em uma agência de um elemento particular ao se ignorar todos os outros elementos (humanos e não-humanos) que estão alinhados atrás dele (relações passadas que o sustentam) e continuam a ser alinhados, a fim de fornecer a este elemento sua aparente agência contínua (estabilidade). Logo, apenas quando se esquece ou reduz o dispendioso trabalho de se produzir e sustentar até o mais (aparentemente) insignificante atuante não-humano que se poderia fingir ingenuamente que não-humanos (ou humanos) têm agência inerente (Sayes, 2014).

Atuantes, por conseguinte, são heterogêneos, incertos e múltiplos em forma (Passoth et al., 2012). Deste modo, a natureza da agência também é múltipla, mediada e distribuída (Rammert, 2012), de maneira que performar (*bring to being*) esta ação é um processo distribuído entre muitos atos e atores (atuantes).

A concepção de agência distribuída resgata a ação mediada de humanos e não-humanos, e provoca uma mudança temporal profunda (Latour, 1992), pois ela é dispersa espaço temporalmente. Pode-se suportar a relação além do presente (tempo-espaço), em que se pode

interagir à distância, uma vez que não-humanos carregam e transformam essas relações espaço-temporalmente. Por exemplo, mesmo em uma interação *face-a-face*, a própria pessoa a quem se está dirigindo é produto de uma história que vai além da estrutura daquele relacionamento. Se tentássemos desenhar um mapa espaço-temporal do que está presente na interação e elaborar uma lista de todos os que estavam presentes de uma forma ou de outra, não esboçaríamos um quadro bem demarcado, mas “*uma rede complicada com uma multiplicidade de datas, lugares e pessoas altamente diversificadas*” (Latour, 1996 : 231).

3 Metodologia

O novo coronavírus e o estudo particular de seus efeitos no contexto brasileiro justificam-se em virtude de comporem um caso extremo de participação não-humana. Via de regra, as relações, fruto dos múltiplos processos de tradução, estão aninhadas, empacotadas e inquestionadas (Callon & Latour, 1981) e, portanto, inacessíveis ao pesquisador. O caso do novo coronavírus, e a turbulência no arranjo relacional brasileiro diante de sua participação (Greer et al., 2020), torna-o um laboratório ideal para teorizar a participação do atuante não-humano, uma vez que o arranjo relacional está exposto e em evidente (re)negociação.

Neste estudo, a coleta e a análise de dados se deram de maneira não-linear, uma vez que um processo alimentou o outro, sem uma divisão clara ou pré-concebida entre eles. Em termos metodológicos, utilizamos a perspectiva de antenarrativa rizomática (Boje, 2001, 2011), na qual entende-se que, ao invés de uma única narrativa linear bem comportada com enredo e personagens bem definidos, a realidade pode ser descrita por meio de antenarrativas, as quais são fragmentadas, não lineares, por vezes incoerentes, impróprias e concorrentes entre si (Boje, 2001). Boje (2001) resgata a ideia de rizoma (Deleuze & Guattari, 1987)¹ como forma de entender a complexidade narrativa, ou seja, assim como um rizoma (raiz/tubérculo) a produção da realidade se dá de forma dinâmica, em múltiplas e inesperadas direções. Dividimos esse processo metodológico em duas etapas interdependentes: (i) desconstrução; e (ii) remontagem.

Na etapa de desconstrução, buscamos entender o caso em suas múltiplas faces e efeitos. Como ponto de partida, analisamos as falas públicas do Presidente da República, Ministros da Saúde, Ministro da Economia, Representantes dos Poderes Legislativo (Câmara e Senado) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal). Mesmo que nosso interesse seja analisar os efeitos da participação do novo coronavírus, esses atores humanos, em função de processos de tradução anteriores, assumiram a voz da rede heterogênea que mobilizaram, e possuem certa autoridade (voz) em representá-la (Callon & Latour, 1981, Latour 2005). Ou seja, são a parte visível do rizoma (arranjo relacional) e, neste sentido, a forma de acessá-lo.

Em termos de recorte temporal, nossa análise inicia a partir do primeiro caso de coronavírus no Brasil (26, Fev., 20), e se estende até o final do mês de maio. Em uma antenarrativa rizomática, não se busca determinar o desfecho comportado da história, mas acompanhar a trajetória dos eventos em elaboração. Assim, a partir da entrada do novo coronavírus, os primeiros meses são aqueles em que as relações (anteriormente empacotadas), sofrem um processo de desassociação, degradação ou dissidência (Greener, 2006) e, portanto, essas precisam ser redefinidas, posições necessitam ser reconquistadas, e as “raízes” relacionais buscam ultrapassar o obstáculo (i.e. novo coronavírus) em questão (Boje, 2011). Este período de pouco mais de 90 dias, em virtude da desorganização relacional e da exposição da rede-ator anteriormente empacotada, consiste no intervalo espaço-temporal mais rico teoricamente para explorar as mudanças advinda da entrada de um novo atuante e os efeitos agenciais a partir de sua participação.

Elaboramos a Figura 1, com o detalhamento das falas públicas destes atores-representantes que compõem nosso corpus de análise inicial:

Figura 1: Falas públicas dos atores-representantes das redes relacionais em estudo

Ator-Representante	Pronunciamentos/Entrevistas	Tempo (horas:minutos)
--------------------	-----------------------------	-----------------------

Presidente da República	19	06:38
Ministros (Saúde e Economia)	31	35:17
Representantes do Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado)	16	07:06
Representante do Judiciário (Supremo Tribunal Federal)	3	00:52

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir das falas dos sujeitos em questão, identificamos os diferentes tipos de atuantes do arranjo relacional como, por exemplo, indivíduos humanos, objetos físicos, textos envolvidos na execução de uma sequência de ação. Neste processo, fomos além das falas (iniciais) dos representantes, e adicionamos reportagens de mídia, documentos técnicos e legais (pareceres, leis, decretos, medidas provisórias) e levantamentos de associações representativas que pudessem nos dar elementos para entender a participação do não-humano e seus efeitos em sua complexidade e fragmentação (Boje, 2001). Este material empírico não foi definido *a priori*, ao contrário, foi escolhido no processo de pesquisa para rastrear as ramificações da nossa história. O critério de inclusão deste material foi sua contribuição para o processo de teorização da participação do atuante não-humano e seus efeitos.

Após esse levantamento difuso, desconexo e desorganizado, iniciamos a segunda etapa (apenas didaticamente separável), a qual envolveu a remontagem (com referência ao termo empregado por Latour, 2005) da nossa história. Como entendemos a realidade como múltipla e fragmentada, a perspectiva da antenarrativa rizomática (Boje, 2011) nos ajudou a explorar como atuantes humanos e não-humanos são conectados em suas raízes relacionais. Nesta etapa de remontagem, buscamos então pontuar as negociações e as (re)negociações do arranjo relacional e seus efeitos a partir evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil, ou seja, da participação do novo coronavírus neste contexto.

Como eram muito caminhos a se rastrear, em uma miríade de ramificações, recontamos (parte) desta história, simetralizada na participação do ator humano, em três narrativas (ou narrativas ásperas em Woolgar et al., 2009), a saber: política, econômica e sociocultural. Como forma de apresentação dos resultados (Langley, 1999), essas narrativas nos auxiliaram a cobrir as diferentes direções, por vezes inesperadas (Latour, 2005) nos arranjos relacionais em estudo. No processo de remontagem, despendemos especial atenção em entender: (i) o papel do novo-coronavírus no arranjo relacional, (ii) os efeitos mediados advindos de sua participação, (iii) a movimentação de atuantes (humanos e não-humanos) no arranjo relacional.

Por fim, com a análise das movimentações, transformações e traduções relacionais nas narrativas remontadas, buscamos teorizar sobre a agência distribuída, ou seja, diante das múltiplas formas de relação entre diferentes atuantes na coprodução da realidade, sugerimos entender as nuances de mediação como efeito relacional do atuante não-humano.

4 O caso do novo coronavírus

No final de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, capital da província de Hubei, teve-se notícia de uma nova família viral que, posteriormente, tornar-se-ia pandêmica. Trata-se do novo coronavírus (*SARS-CoV-2*), também denominado Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2. Essa família é a responsável pela COVID-19 - *Corona Virus Disease*, doença que atinge, principalmente, o sistema respiratório (WHO, 2020).

Dadas as condições de sua propagação e transmissão, a Organização Mundial da Saúde decretou, em 30 de jan. de 2020, que a COVID-19 constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que corresponde ao mais elevado índice de alerta segundo o Regulamento Sanitário Internacional. No Brasil, no dia 26 de fev. reconhece-se à chegada do novo

coronavírus. Um empresário paulistano de 61 anos foi diagnosticado com COVID-19, após ter regressado da região da Lombardia, Itália, um dos epicentros da contaminação nesse país, por onde ficou de 9 a 21 fev. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Face à confirmação da chegada do vírus no país, analisaremos a seguir os desdobramentos de sua participação no sistema relacional brasileiro por meio das narrativas política, econômica e sociocultural.

4.1 A narrativa política

A chegada do novo coronavírus no Brasil fez as autoridades mudarem constantemente seus discursos acerca dos riscos que ele representa, na medida em que a sua ação gera efeitos (resultados) ainda desconhecidos ou minimizados por essas autoridades. Por exemplo, o presidente menciona o novo coronavírus, pela primeira vez, no pronunciamento em 06 de mar.²:

O mundo enfrenta um grande desafio. Nos últimos meses, surgiu um **vírus novo**, contra o qual não temos imunidade [...]. Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico. (*grifo nosso*).

Em 31 de mar., o presidente mudou a forma de se referir ao novo coronavírus, reconhecendo-o como um grande desafio a ser enfrentado: “*Desde o início do governo temos trabalhado em todas as frentes para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas. O Brasil avançou muito nestes 15 meses [de meu governo], mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração*”³ (*grifo nosso*). Nesse pronunciamento pode-se verificar que há uma mudança discursiva em que o presidente passa a reconhecer o poder de destruição do novo coronavírus.

Ao mesmo tempo, a participação do novo coronavírus em uma trajetória de expansão comunitária no Brasil, instigou a emissão de mensagens conflitantes entre o presidente e o ministro da saúde sobre a dinâmica social a ser adotada na/pela população. O presidente, em 16 de abr., ressaltava seu interesse pela pauta econômica:

Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que uma outra empregada. E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego. É como um paciente que tem duas doenças, a gente não pode abandonar uma e tratar exclusivamente outra, porque, no final da linha, esse paciente pode perder a vida⁴.

O ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, por sua vez, defendia um olhar científico, pautado pelo distanciamento social como meio de conter a disseminação do novo coronavírus:

Como sempre dissemos, vamos pautar pela ciência, pelo que é correto(...) a gente construiu um mapa de condicionantes que a gente precisa para pensar em qualquer tipo de movimentação adicional (...). O Brasil vai enfrentar o (seu quadro social) e vamos enfrentar com as armas que nós temos; se tivermos que fazer qualquer tipo de alteração, não faltará aspecto científico, não será sem consultar as academias(...) Nós vamos trabalhar com pla-ne-ja-men-to e no momento nós vamos fazer sim o máximo de distanciamento social. (31-mar.)⁵

As inconsistências entre o posicionamento do presidente e do seu ministro da saúde provocaram múltiplas formas de ação em outras esferas da administração pública, fazendo com que governadores e prefeitos adotassem diferentes medidas para tentar conter o processo de infecção pelo novo coronavírus.

Na primeira sessão por videoconferência da história do STF ocorrida em 15 de abr.⁶, os ministros, de forma unânime, garantiram aos prefeitos e governadores a autonomia para determinar a intensidade e como fazer o controle social de cada localidade. No seu último pronunciamento oficial, realizado em 16 de abr.⁷, o presidente afirmou que

Nós todos, Poder Executivo, Poder Legislativo, decisões do Judiciário, têm que ser, essas decisões, com muita prudência. O governo não é uma fonte de socorro eterna. Em nenhum momento eu fui consultado sobre medidas adotadas por grande parte dos governadores e prefeitos. Tenho certeza que eles sabiam o que estavam fazendo. O preço vai ser alto. Tinham que fazer alguma coisa? Tinham. [...], mas se, porventura, exageraram, não bote essa conta, não no Governo Federal, não bote essa conta, mais essa conta, nas costas do nosso sofrido povo brasileiro.

Neste mesmo pronunciamento, o presidente comunicou a exoneração de Luiz Henrique Mandetta. A saída do ministro da saúde já era motivo de especulações em função das suas divergências em relação a forma e intensidade de combater a expansão da infecção do novo coronavírus, e da (aparente) oposição entre saúde e economia. Logo após a exoneração do ministro da saúde, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, divulgaram nota cobrando do presidente que não insistisse na postura contrária ao isolamento social⁸. Os representantes do legislativo disseram esperar que o novo ministro desse continuidade ao trabalho desenvolvido por Mandetta. “*A vida e a saúde dos brasileiros devem ser sempre nossa maior prioridade*”⁹.

O médico Nelson Teich assumiu o comando do ministério da saúde em 17 de abr.. No seu discurso de posse¹⁰, o novo ministro afirmou que

O foco que a gente tem aqui, em tudo o que a gente vai fazer é nas pessoas. Por mais que você fale em saúde, por mais que fale em economia, não importa o que você fala, o final é sempre gente. E é isso o que a gente vem fazer aqui: trazer uma vida melhor pra sociedade e pras pessoas no Brasil. (...).

No entanto, a substituição do ministro da saúde não acabou com as divergências entre a relevância de salvar vidas *versus* manter a economia em funcionamento. O tratamento da COVID-19 foi o motivo de uma destas divergências. Contrariando as evidências científicas (ou a falta delas), o presidente Jair Bolsonaro adotou um discurso de estímulo ao uso da cloroquina no tratamento da COVID-19, enquanto o ministro Nelson Teich alertava que o uso da cloroquina no tratamento dessa doença deveria ser feito com base em avaliações médicas, já que a droga oferece efeitos colaterais. Esse emaranhado de relações (novo coronavírus + covid-19 + doente + cloroquina + trabalhadores da saúde + presidente + ministro) culminou com o pedido de demissão do ministro Nelson Teich em 15 de maio, antes de completar 1 mês no exercício da função¹¹ e sem perspectivas de desaceleração da trajetória de infecção do novo coronavírus no país.

4.2 A narrativa econômica

Com a chegada do novo coronavírus no Brasil, começa-se também a perceber, discutir e combater seus reflexos na atividade econômica do país. Após projetar uma alta superior a 2,1% no PIB para 2020, em 20 de mar., no Relatório de Receitas e Despesas do Orçamento de 2020 reduziu-se a expectativa de crescimento para 0,02%¹², de maneira que o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, afirmou:

[...] Com os dados atuais, esse, é a melhor projeção que nós somos capazes de fazer no momento. [...] De maneira alguma efeitos (do coronavírus) foram subestimados, tão logo a situação econômica se deteriorou, rapidamente o governo anunciou medidas [...] Quando você elabora uma lei estadual ou municipal fechando o comércio por 30 dias, fechando shoppings por 40 dias, certamente nós entendemos o aspecto humano da medida e respeitamos, mas o efeito econômico dessas medidas acaba sendo muito forte.¹³

Nesse cenário inicial de incerteza, o ministro da economia, Paulo Guedes, declarou, em 28 de abr., que as reformas estruturantes já estavam negociadas com o legislativo, de maneira que para ele a economia seria “excepcional”, mas com a chegada do novo coronavírus, “tudo mudou”. Para expressar esse impacto do novo coronavírus, o ministro chegou a compará-lo à um “meteoro”, devido ao grau de mudança no arranjo das reformas econômicas. Em sua fala, o ministro ressalta a necessidade de “combater” o vírus para continuar as reformas econômicas:

Nós fomos atingidos por um meteoro. Isso que aconteceu é um meteoro. Mas nós sabemos sair da formação. Vamos combater o meteoro. E, no ano seguinte, estamos de volta para o trilho das reformas estruturantes de novo. Aliás, neste ano mesmo. Vamos retomar as estruturantes este ano mesmo (...) não sabemos da amplitude dessa bomba genética que cai sobre nós.¹⁴

A fala do ministro está em consonância com as informações comunicadas por suas secretarias no mesmo período. Não apenas reconhecem que o novo coronavírus causou impactos na economia, referindo-se ao vírus como “crise”, “meteoro” ou “bomba genética”, mas ressaltam em suas falas a necessidade de retomada das reformas. Ainda na mesma conferência, o ministro ressaltou as medidas que já seriam tomadas no contexto econômico para reduzir os impactos dos

efeitos da crise causada pelo novo coronavírus, principalmente na negociação das dívidas dos estados e municípios e acalmar os ânimos dos investidores.

Nesta mesma oportunidade, o ministro ressaltou a implementação de um extenso Plano de Auxílio Emergencial aos Informais: “*Preferimos correr o risco do erro e fazer a inclusão social de todos. Se alguém que não pode receber o valor de R\$ 600 por mês estiver na lista de beneficiários, vamos corrigir lá na frente*”.¹⁵ Em um outro momento, no mesmo dia, mas agora com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro pontuou:

Nenhum brasileiro será deixado para trás. Vamos liberar todos os recursos que a saúde necessitar e, da mesma forma, não deixaremos faltar liquidez na economia [...] A crise que estamos vivendo é transitória. Se aumentarmos impostos, quebraremos as pernas das empresas, o que vai impedir a retomada da economia mais adiante”.¹⁶

Em consonância com o ministro da economia, no pronunciamento realizado no dia 24/mar., o presidente Bolsonaro anunciou um pacote de R\$ 85,8 bilhões para estados e municípios para combate à pandemia, que o vírus estava sendo enfrentado, assim como os empregos deveriam ser mantidos. Assim como o ministro Paulo Guedes, o sentido de transitoriedade da ação do vírus na economia foi pontuada:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa [...] Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação”.¹⁷

A partir desse posicionamento inicial, a expansão do novo coronavírus fez com que os governantes e prefeitos, por decreto, fechassem comércios e estabelecimentos de serviços, bem como, paralisassem a atividade fabril para reduzir a aglomeração de funcionários no local de trabalho, representando fatores preponderantes para retração da economia em 2020¹⁸. Diante desse quadro, o novo coronavírus pontuou sua ação na rede, principalmente no funcionamento das fábricas e comércios e, conseqüentemente, no índice de desemprego da população durante o primeiro trimestre. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa de desocupação saltou de 11,2% em janeiro, para 12,2% em março.¹⁹

Com o novo coronavírus se disseminando por todo o país, após o primeiro trimestre, o ministro da economia Paulo Guedes alterou o seu discurso. De um tom apaziguador e de transitoriedade da ação do vírus no início da pandemia, já no mês de maio passou a indicar um risco da economia entrar em colapso. Em reunião realizada no dia 07 de maio, com presidente, empresários, demais ministros, o ministro chegou a declarar que:

Nós conseguimos, através de várias medidas, preservar vidas, mas também preservar empregos. Enquanto lá fora temos notícias que os EUA demitiram, preservamos mais de cinco milhões de empregos. Lançamos o programa de auxílio emergencial para preservar os sinais vitais da economia. Ainda está funcionando por essa proteção. (...) A informação que nós tivemos é que, embora tenhamos lançado dois ou três meses de proteção, talvez os sinais vitais não sustentem por tanto tempo. Talvez vamos ter um colapso antes. Quando a indústria nos passou esse quadro, estamos sempre em contato, sempre disseram que conseguiram preservar os sinais vitais. Mas agora nos disseram que está difícil. A economia está começando a colapsar. Não queremos virar a Venezuela e nem a Argentina”.²⁰

Com base no reconhecimento dos impactos do novo coronavírus na economia, em 30 de mar., o senado aprovou o auxílio emergencial de R\$600 a ser concedido durante a pandemia do novo coronavírus (conforme PL 1.066/2020), sob o título de “coronavoucher”.²¹ O projeto de lei visa auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) durante o período de enfrentamento à crise causada pela pandemia. Para receber o auxílio, caso o potencial beneficiário atendesse as regras do Auxílio, deveria realizar cadastro no Cadastro Único (CadÚnico)²², permitindo também outros

dois canais para consulta de quem solicitou o auxílio emergencial: site da cidadania e Dataprev, podendo ser acessados pelo computador, celulares ou tablets²³.

Portando, a realidade econômica brasileira se alterou com o advento do novo coronavírus. Os governantes e seus assessores pontuam em suas falas a tensão entre economia e saúde, ou seja, entre o Estado buscando investir em medidas que auxiliem a atividade econômica, e ao mesmo tempo, continuar com as medidas de prevenção à propagação do vírus.

4.3 A narrativa sociocultural

A presença do novo coronavírus no Brasil proporcionou ainda mudanças nos sistemas socioculturais. A primeira delas refere-se à intensificação dos sistemas de vigilância, saúde e de assistência, que pode ser observada na fala do presidente da república:

O Brasil reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde e foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade. [...] O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde. [...] Determinei ações que ampliam o funcionamento dos postos de saúde, bem como reforço aos nossos hospitais e laboratórios²⁴.

O início da trajetória de disseminação do novo coronavírus no país foi pautado, como pode ser apreendido, pela manutenção e intensificação do sistema de saúde e dos esforços em oferecer informações a todas as pessoas para que as medidas de prevenção fossem tomadas a fim de desacelerar a circulação do novo coronavírus entre a população.

A partir da escalada e disseminação do vírus no país, e acompanhando o cenário internacional, uma mudança expressiva (ou visível) causada pelo novo coronavírus na esfera social refere-se à instituição dos parâmetros para o distanciamento social. Muitas vezes chamado de isolamento social ou até mesmo quarentena e voltado a pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus, reconhece-se como o método mais rigoroso para amenizar o contágio. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde²⁵, braço da Organização Mundial da Saúde nas Américas, o isolamento consiste em isolar-se, ficar recluso, evitar contato social.

Em 13 de mar.²⁶, os primeiros parâmetros e critérios de isolamento social começaram a ser discutidos no Brasil. O aumento no número de infectados e a inexistência de tratamento farmacológico aliado a não sobrecarga do sistema público de saúde compuseram os principais fatores que levaram o Brasil a também adotar a estratégia de isolamento social. Dentre as regulamentações iniciais, as autoridades sanitárias e de fiscalização estabelecidas pelas secretarias de saúde dos estados, municípios, do Distrito Federal ou Ministro de estado da saúde poderiam estender o prazo do distanciamento em até 40 dias, se caso fosse constatada a necessidade.

Aliado ao período de distanciamento social, o novo coronavírus também foi responsável, em muitas cidades, por uma corrida desesperada aos supermercados e assemelhados. De acordo com pesquisa realizada pela empresa Neogrid, e divulgada pelo Revista Exame²⁷, o índice de falta de itens de limpeza e higiene em cerca de 20 mil estabelecimentos chegou a 11,3%.

O potencial de impacto e contaminação do vírus preocupou as autoridades, tanto que o então Ministro da Saúde do país, Luiz Henrique Mandetta, em coletiva de imprensa²⁸ salientou o poder de ação do novo coronavírus e a capacidade de seu alastramento, de modo que eventos sociais e culturais, jogos desportivos, atividades com aglomerações com mais de 100 pessoas, seja onde for, deveriam ser suspensas até segunda ordem.

As ações para controlar e diminuir a incidência de casos pelo novo coronavírus geraram posicionamentos distintos, o primeiro relacionado à manutenção econômica, desprovida de restrições sociais mais rígidas quanto a circulação de pessoas, tendo como principal expoente o próprio presidente da república. Pode-se identificar o posicionamento de Jair Messias Bolsonaro no trecho:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade.²⁹

Em um posicionamento contrário a esse, percebe-se posicionamentos favoráveis a estratégia de isolamento social, em suas várias gradações. Em 06 de abr.³⁰, o Ministério da Saúde, em nota, faz uma alteração dos critérios de distanciamento social, agora baseando-se em diferentes cenários. As novas recomendações foram associadas à realidade apresentada em cada região, observando critérios epidemiológicos, ou seja, de transmissão da doença, além da capacidade da rede de saúde. Não obstante a possível flexibilização do distanciamento social conforme a situação de cada região, a confirmação da transmissão comunitária do vírus em todo o território brasileiro, fez com que os reforços da quarentena (isolamento social mais restritivo) fossem intensificados.

Dada a circulação e as formas de contaminação pelo novo coronavírus, em 07 de abr., a Organização Pan-Americana de Saúde com base nas especificações da OMS, recomenda a utilização de máscaras.³¹ No Brasil, após as recomendações do uso pela Organização Mundial de Saúde e a dimensão da apropriação por outros países do mundo, em 19 de maio a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 13.979³² (posteriormente substituído pelo Projeto de Lei 1562/20), com intuito de regulamentar

[...] a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

Aliado a todas essas medidas, foi criado pelo Ministério da Saúde o Aplicativo Coronavírus SUS³³, idealizado para enviar, por meio de mensagens, alertas sobre os cuidados de prevenção e circulação do vírus, apontando possíveis regiões com alta contaminação. O intuito principal, além de prover o usuário de informações facilitando seu acesso, visa também combater a propagação de notícias falsas, descrição de sintomas e formas de transmissão bem como apresentar uma lista de notícias falsas disseminadas sobre o assunto.³⁴

Por conta da inexistência de vacina e da sobrecarga das unidades de saúde, e também como forma da manutenção do trabalho, muitas empresas instituíram o teletrabalho.³⁵ Neste modelo, as relações de trabalho foram adaptadas e passaram a ser não mais presenciais, mas mediadas pela tecnologia. De acordo com a Medida Provisória 927³⁶, o teletrabalho foi instituído juntamente à antecipação de férias, o aproveitamento de feriados, dentre outras providências, com o objetivo de prover meios para a manutenção de empregos e da renda dos trabalhadores. Nesse contexto, presencia-se uma era de conexões e relações virtuais causada pela presença de um agente não-humano responsável por (re)estruturar o mundo social antes conhecido. Percebe-se que o normal passou a ser algo novo, cercado de cuidados e de rotinas modificadas em função da ação do novo coronavírus.

5 Análise e discussão a partir das narrativas

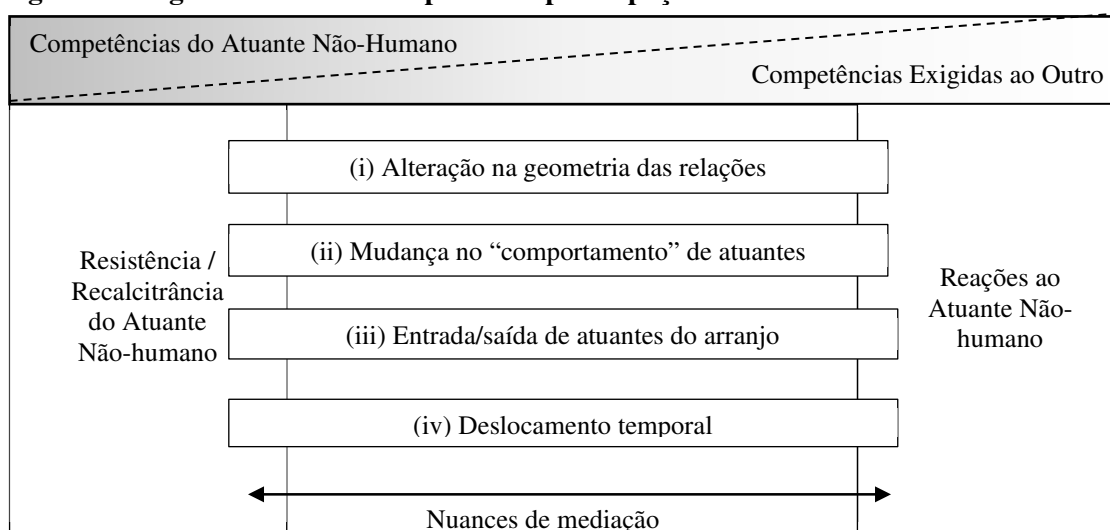
Inicialmente, a análise das narrativas política, econômica e sociocultural mostra uma profunda transformação em diferentes sistemas relacionais a partir da entrada do novo coronavírus nesses sistemas. Latour (1992:155) sugere que, pelo exercício de imaginação de sua presença/ausência, podemos dimensionar o papel ou função de um “pequeno personagem”. Dessa forma, certamente, e talvez por óbvio, os desígnios de realidade (sejam maiores ou menores, melhores ou piores) seriam diferentes sem a participação deste atuante não-humano no sistema relacional. Por exemplo, como afirmou o Ministro da Economia, “tudo mudou” (28/abr./20) a partir da entrada do novo coronavírus no arranjo relacional.

Ao entendermos a agência como distribuída, heterogênea e múltipla (Rammert, 2012), não nos interessa definir "o que" ou "quem" está agindo de maneira particular, pois se trata sempre de uma obra relacional em seus efeitos. Podemos, então, concluir que a realidade não seria a mesma na ausência do vírus. E, então, se pensarmos (neste mesmo exercício sugerido por Latour, 1992) no esforço a se fazer para produzir a mesma realidade que encontramos (em maior ou menor grau) em todo o mundo (e.g. hospitais lotados, milhares de mortes, desavenças políticas, isolamento e distanciamento social, reveses econômicos), sem termos a presença deste atuante não-humano em

específico (i.e. novo coronavírus) no sistema relacional, poderíamos indicar que o esforço para alcançar transformações nesta magnitude e rapidez dependeria, por exemplo, de uma nova guerra mundial, de um desastre natural de proporções intercontinentais, ou ainda, de algum agente químico-tecnológico em atuação destrutiva. Um exemplo da magnitude dos efeitos da ação do novo coronavírus são as expressões “meteoro” ou “bomba genética” utilizadas pelo Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, para nominá-lo.

Após pacificado o entendimento da participação ativa do atuante não-humano na produção da realidade (esperamos nós), buscamos explorar “como” se dão estas relações a partir de seus efeitos no sistema relacional. A partir da análise das narrativas, ao adentrar o sistema de relações, verificamos que a ação é efeito de nuances de participação humana e não-humana. De maneira a clarear o processo de mediação que se dá no sistema de relações, identificamos quatro dimensões de ação, fruto da participação distribuída de atuantes humanos e não-humanos (Ver figura 2).

Figura 2: A agência distribuída a partir da participação do novo coronavírus



Fonte: Elaborado pelos autores.

Identificamos dois extremos idealistas de ação. O primeiro refere-se a **recalcitrância/resistência**, o qual relaciona-se ao conjunto de competências não-intrínsecas do não-humano em análise (Latour, 2000, Sayes, 2014). Por exemplo, em nossa narrativa política, quando o Presidente Jair Bolsonaro muda a forma de se referir e endereçar os efeitos do vírus - de “*não há motivo para pânico*” (06/mar.) para “*maior desafio da nossa geração*” (31/mar.) ou ainda “*Seremos esmagados por isso*” (07/maio) -, fica clara a resistência do vírus em se comportar em conformidade aos interesses a ele endereçados. Quando os atores humanos (os que têm voz na rede de relações) precisam voltar atrás em suas falas e ações, e/ou refazerem as relações anteriormente cunhadas/estabilizadas (ainda que parcialmente) em função da inalterância, desobediência ou permanência (sem qualquer atribuição de intencionalidade ou vontade) dos efeitos do novo coronavírus no sistema relacional, evidencia-se a recalcitrância do atuante não-humano.

Nas palavras de Latour (2004:81), a noção de recalcitrância oferece “*a abordagem mais apropriada para definir a ação do atuante não-humano*”, pois indica que não-humanos são mais que “meros objetos”, pois resistem à imposição de uma identidade e afrontam as pretensões de controlá-lo. Outro exemplo de recalcitrância pode ser observada em nossa análise econômica na mudança discursiva do Ministro da Economia Paulo Guedes, em que inicialmente indica “(...) *temos que manter absoluta serenidade (...)* *Se fizermos as coisas certas, o Brasil vai reacelerar*” (09/março/20) e posteriormente afirma “(...) *não sabemos da amplitude dessa bomba genética que cai sobre nós*” (28/abr.) ou ainda “*A economia está começando a colapsar. Não queremos virar a Venezuela e nem a Argentina*” (07/maio). Perceba que não se trata de simplesmente apontar

contradições na fala do Ministro, pois claramente há um distanciamento temporal que as justifica (a diferença). Contudo, o que nos interessa explorar é a recalcitrância do atuante não-humano em recusar os caminhos bem comportados e controlados a ele interessados, e manter seu curso de infecção e morte, os quais provocam a mudança discursiva de um ator humano (“quem fala” pela rede de relações).

No outro extremo idealista de ação, verifica-se o efeito agencial do novo coronavírus sobre os outros com quem se aninha (Sayes, 2014). Refere-se **às reações de outros atuantes** em relação a participação e a permanência do novo coronavírus nos arranjos relacionais. A expressão “outros” é utilizada em acordo ‘a indeterminação da multiplicidade de atuantes humanos e não-humanos que participam e, portanto, também “fazem atuar” no processo em análise.

Cabe salientar que a reação não se trata de uma relação causa-efeito, pois (i) antes da entrada do vírus nos arranjos em estudo, haviam relações estabelecidas (mais ou menos estabilizadas), as quais não deixaram de existir (embora possivelmente sejam modificadas) e (ii) a entrada do atuante não-humano gera uma cadeia de reações em direções inesperadas (Latour, 2005). Sendo assim, entendemos que a consequência da participação do vírus é sempre mediada, híbrida e coproduzida com quem se relaciona.

Estamos particularmente interessados nas competências exigidas pelo atuante não-humano, pois ao circular no sistema relacional, o vírus exige novas (ou diferentes) formas de ação. Por exemplo, em nossa análise sociocultural, apontamos a mudança de postura de indivíduos no mercado de trabalho, que passaram (em parte) a trabalhar em suas próprias casas, mudaram seus padrões sociais de relacionamento, de higiene e proteção individual e, em muitos casos, passaram a dividir os cuidados domésticos e familiares, com trabalho e/ou estudos de maneira remota. Existe, portanto, um rol de competências que passam a ser exigidas dos atuantes humanos que não eram necessárias ou, pelo menos, eram empregadas em diferente magnitude.

Estes resultados suportam o argumento que a entrada de um novo atuante (neste caso o novo coronavírus), ao circular nos sistemas relacionais existentes, muda, altera, impacta outros atuantes com quem se aninha (Latour, 2000, Sayes, 2014). Dessa maneira, exploramos elementos de recalcitrância a partir das competências do atuante não-humano e das reações dos outros atuantes em função das competências deles exigidas.

Contudo, a análise das narrativas nos permite ir além desta (aparente) combinação entre recalcitrância do não-humano e reação dos outros (múltiplos atuantes), e explorar as nuances nos efeitos mediados que emergem destas/nestas relações. Logo, como efeito desta combinação, verificamos: (i) a alteração na geometria das relações; (ii) mudança no “comportamento” de atuantes; (iii) entrada e saída de atuantes do arranjo; (iv) deslocamento temporal (Ver figura 2).

Como primeira dimensão, verificamos a **alteração na geometria das relações estabelecidas** (de maneira mais ou menos estável) antes a participação do atuante não-humano em foco. Em nossa narrativa política, de maneira ilustrativa, esta mudança de geometria é evidenciada: (i) nas diferenças entre membros do executivo que culminaram, por exemplo, na exoneração de ministros de estado, (ii) no acirramento entre poderes, principalmente do representante do executivo com os representantes do poder legislativo e membros da suprema corte federal (judiciário); (iii) entre os representantes de diferentes instâncias do poder executivo, em especial, o presidente com governadores dos estados.

Nesta dimensão verificamos que a entrada do novo coronavírus no sistema relacional expõe ou desestabiliza os sistemas de relações previamente estabelecidos. Muitas relações, por estarem empacotadas quase que hermeticamente (*black box*), até então estavam invisíveis (inquestionadas) por atuantes da própria rede. Com a chegada do atuante não-humano, (parte das) as relações são relaxadas, e abre-se espaço para novas (ou diferentes) negociações.

Essa alteração geométrica das relações pode ser observada no aspecto sociocultural com a mudança nas relações de trabalho (empregado – empregador). Nos casos em que, em função do distanciamento social, suscita-se trabalho remoto, o empregador perde (ou pelo menos altera)

elementos de controle advindos da presença física do trabalhador no ambiente de trabalho. Ou seja, a forma de controle não pode ser mais a mesma e, portanto, os laços necessitam ser refeitos, remontados, retraduzidos.

Em uma segunda dimensão, verificamos a **mudança no comportamento/papel de atuantes**, que passam a “individualmente” agir diferentemente sobre a rede de relações. Ou seja, muda (i) a energia (no sentido de intensidade) e/ou (ii) a direção da ação que o indivíduo adiciona (não aritmeticamente) ao arranjo relacional. Em termos de energia (intensidade), podemos exemplificar quando o presidente explica que o país “*reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde*” (06/mar.). Depreende-se, desta fala, que as ações de vigilância (e.g. verificações, medidas de prevenção, controles) passam a ser acirradas (neste caso) a partir da presença do vírus.

No que se refere a mudança de direção, podemos exemplificar com a passagem do Ministro Paulo Guedes, em que afirma: “*Mas nós sabemos sair da formação. Vamos combater o meteoro. E, no ano seguinte, estamos de volta para o trilho das reformas estruturantes de novo(...)*” (07/ maio, grifo nosso). O ministro indica, mesmo que racionalizando o processo, a necessidade de, em função da entrada do vírus no sistema relacional – o qual denomina de “*meteoro*” –, mudar (ainda que temporariamente) de uma agenda econômica liberal e de redução do Estado, para uma agenda conservadora de proteção a empregos, auxílio para informais e desempregados, empréstimos, rolagem de dívidas, etc. Percebemos que há uma mudança radical no entendimento da função (e das ações) do estado a partir da participação do atuante não-humano.

A terceira dimensão é estabelecida em torno **da entrada e da saída de atuantes humanos e não-humanos** nos arranjos relacionais. Neste sentido, as mudanças advindas da participação do vírus suscitam a alteração no conjunto de elementos participantes do sistema. Neste caso, ao invés de uma alteração na (re)organização interna do arranjo (dimensões anteriores), há uma mudança no conjunto de elementos que o compõem.

Em termos de entrada de novos atuantes, podemos exemplificar pela necessidade de proteção individual para evitar/minimizar o contágio do vírus. Assim, há uma série de atuantes não-humanos como álcool em gel, máscara, *face shield* (ver narrativa sociocultural), que passaram a participar ou ganharam protagonismo na rede de relações. Outro exemplo, na questão político-econômica, verifica-se a variedade de atuantes não-humanos que foram trazidos para a rede de relações para possibilitar ao governo a concessão do benefício de auxílio emergencial “*coronavoucher*”, dentre os quais podemos destacar: projeto de lei, listas e cadastro de potenciais beneficiários, contas digitais, aplicativos de cadastro, *websites*. Estes novos atuantes trazem consigo suas próprias histórias relacionais e dispositivos agenciais em termos de recalitrância e exigências de competências e, portanto, também adicionam (e complexificam) a rede de relações. No que tange a saída de atuantes da rede de relações, esta se dá em virtude das mudanças provocadas pelas instabilidades (re-negociações) na rede de relações. Por exemplo, é perceptível a acelerada troca de representantes (porta-vozes do arranjo relacional) na área da saúde.

Por fim, como quarta dimensão, identificamos **os deslocamentos temporais** gerados a partir da circulação do vírus nos arranjos relacionais. Nesta dimensão, percebemos que a dinâmica do tempo passou a se dar não mais pelo tempo cronológico, mas contado pelo número de infectados e mortos pelo novo coronavírus. Um exemplo desta percepção temporal pode ser ilustrada pela fala do Presidente Jair Bolsonaro, em seu pronunciamento (12/mar.), em que afirmou “*O governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle. É provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico*”. Ou seja, o próprio indicador de eficiência ou ineficiência do sistema relacional, em termos de contenção/mitigação dos efeitos do vírus, passa a se dar pelo montante de casos novos confirmados (testados positivamente).

Em adição, ainda em nossa análise temporal, notamos que as ações (reações) na rede, diante da falta de uma vacina ou tratamento cientificamente comprovado para minimizar os efeitos do

vírus no corpo humano, são feitas de modo a ganhar (comprar) tempo em detrimento ao avanço da pandemia provocada pelo atuante não-humano em estudo. Por exemplo, quando o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirma: “(...) *nós vamos fazer sim o máximo de distanciamento social, (...) para que a gente possa, chegando ao ponto de falar estamos mais preparados, entendemos aonde vamos, aí a gente vai liberando (...)*” (31/mar.), podemos compreender que as medidas de distanciamento social elencadas são atribuídas como forma de preparação, diante de uma realidade com carência de equipamentos de proteção e Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) devidamente equipadas para tratamento dos casos graves de COVID-19. Neste caso, observamos que a produção da realidade se desacopla do tempo cronológico (estável, linear, previsível), uma vez que as ações e relações na rede, em função de sua dinamicidade e indeterminação, também passam a ser medidas de tempo (tempo processual).

Estas quatro dimensões apresentadas neste estudo, por caracterizarem nuances da ação distribuída, não se dão de maneira isolada umas das outras na realidade, sendo muitas vezes difícil, mesmo em um exercício teórico-analítico, separar suas diferenças. Contudo, acreditamos que o esforço aqui realizado permite esclarecer e dar sentido à participação de atuantes não-humanos em termos agenciais, sem a simples (e absurda em McLean & Hassard, 2004) transferência de atributos humanos (e.g. intencionalidade, reflexividade) a estes atuantes.

6 Considerações finais

Neste estudo buscamos entender as inter-relações de atuantes humanos e não-humanos na produção da realidade diante da participação do novo coronavírus nos arranjos relacionais. Com base em um entendimento de agência distribuída (Rammert, 2012), e suportados pela perspectiva da ANT (Latour, 2005, Mol, 2010), apresentamos quatro dimensões de mediação, a saber: (i) a alteração na geometria das relações; (ii) a mudança no “comportamento” de atuantes; (iii) a entrada e saída de atuantes do arranjo; (iv) o deslocamento temporal.

A partir deste quadro teórico-analítico proposto, teorizamos sobre a tecitura relacional a partir da participação de um atuante não-humano e seus efeitos, o que denominamos de nuances de mediação. Neste sentido, nossa proposta avança nas teorizações que buscam discutir a participação não-humana na produção da realidade (e.g. Sayes, 2014), ao preservar a ontologia relacional que lhe sustenta (Latour, 2005), e sem cair em explicações homogeneizantes e cartesianas de graus e níveis de agência desses atuantes (Rammert, 2012).

Em termos de contribuição metodológica, o emprego da antenarrativa rizomática promove uma forma analítica de trilhar as múltiplas direções de produção da realidade. A ANT, apesar de ser considerada também como uma dimensão metodológica sensibilizadora, oferece poucas seguranças ao pesquisador. Nas palavras de Annemarie Mol, em uma aproximação com a ANT, “*tome cuidado, enquanto você anda ninguém irá segurar sua mão*” (Mol, 2010: 261). Portanto, como neste estudo, o uso da perspectiva de antenarrativa rizomática, por respeitar a ontologia relacional, pela flexibilidade e adaptabilidade narrativa que oferece e pela possibilidade de entender a natureza fragmentada da realidade, torna-se uma rica alternativa metodológica a compor o repertório da ANT.

Por fim, o caso em estudo caracteriza-se como um caso extremo, em virtude das inéditas transformações endereçadas pela participação do novo-coronavírus em composição com a fragilidade (instabilidade) relacional do contexto brasileiro. Contudo, as explicações teóricas realizadas não são peculiaridades deste contexto, pois em diferentes sistemas organizativos com atuantes não-humanos em circulação (Sayes, 2014), estas relações estão apenas (mais ou menos) empacotadas, e conseqüentemente, (mais ou menos) inacessíveis aos pesquisadores. Faz-se mister incluímos estes atuantes em nossas teorizações, respeitando o seu papel agencial na produção de uma realidade heterogênea e múltipla. Do contrário, estaremos penalizados em teorizar o absurdo da superioridade humana (em oposição ao argumento de McLean e Hassard, 2004), em análises

simplistas e disjuntivas, entendimentos ensimesmados, elucidações ególatras e mais e mais distantes da realidade que deveríamos explicar (McFarlane, 2013, Tsoukas, 2017).

Referências

- Boje, D. M. (2001). *Narrative methods for organizational & communication research*. Sage Publications, 152 pp.
- Boje, D. M. (2011). *Storytelling and the future of organizations: An antenarrative handbook*. Routledge.
- Callon, M., & Latour, B. (1981). Unscrewing the big Leviathan: How actors macrostructure reality and how sociologists help them to do so. In Knorr-Cetina, K. D., & Cicourel, A. V. (eds.), *Advances in Social Theory and Methodology*, Routledge and Kegan Paul, Boston, Mass.
- Callon, M., & Law, J. (1997). After the individual in society: Lessons on collectivity from science, technology and society. *Canadian Journal of Sociology*, 22 (2), pp. 165-182.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1987). *A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia*. Vol. 2. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 3–25.
- Emirbayer, M. (1997). Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, 103(2), 281-317.
- Greener, I. (2006). Nick Leeson and the collapse of Barings Bank: Socio-technical networks and the ‘Rogue Trader’. *Organization*, 13(3), 421-441.
- Greer, S. L., King, E. J., da Fonseca, E. M., & Peralta-Santos, A. (2020). The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses. *Global Public Health*, 1-4.
- Langley, A. (1999). Strategies for theorizing from process data. *Academy of Management Review*, 24(4), 691-710.
- Latour, B. (1992). Where are the Missing Masses? In W. Bijker. & J. Law (eds.): *Shaping Technology, Building Society*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Latour, B. (1996). On interobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*, 3(4), 228-245.
- Latour, B. (1999). On recalling ANT. *The Sociological Review*, 47(S1), 15-25.
- Latour, B. (2000). When things strike back: a possible contribution of ‘science studies’ to the social sciences. *The British Journal of Sociology*, 51(1), 107-123.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Law, J. (1992). Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4), 379-393.
- McFarlane, C. (2013) Relational Sociology, Theoretical Inhumanism, and the Problem of the Nonhuman. In C. Powell & F. Dépelteau. *Conceptualizing Relational Sociology*, New York, Palgrave-Macmillan, pp. 45-66.
- Ministério da Saúde. (2020). *Painel Coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.
- Munro, R. (2012). Agency and “worlds” of accounts: Erasing the trace or rephrasing the action? In Passoth, J., Peuker, B., & M. Schillmeier. (Eds.). *Agency without Actors?* London: Routledge, pp. 67-86.
- Mol, A. (2010). Actor-network theory: Sensitive terms and enduring tensions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. Sonderheft*, 50, 253-269.
- Organização Pan-Americana Da Saúde – OPAS. (2020). *Folha informativa – COVID-19*. Em: <https://www.paho.org/bra/index.php?>
- Passoth, J., Peuker, B., & Schillmeier, M. (Eds.). (2011). Introduction. In Passoth, J., Peuker, B., & M. Schillmeier. (Eds.). *Agency without Actors?* London: Routledge, pp. 1-11.
- Pisano, G. P., Sadun, R., & Zanini, M. (2020). Lessons from Italy’s Response to Coronavirus. Mancini. *Harvard Business Review*.
- Rammert, W. (2012). Distributed agency and advanced technology. In Passoth, J., Peuker, B., & M. Schillmeier. (Eds.). *Agency without Actors?* London: Routledge, pp. 89-112.

Rudolf, F. (2012) Questioning the human/non-human distinction. In Passoth, J., Peuker, B., & M. Schillmeier. (Eds.). *Agency without Actors?* London: Routledge, pp. 54-66.

Sayes, E. (2014). Actor–Network Theory and methodology: Just what does it mean to say that nonhumans have agency?. *Social Studies of Science*, 44(1), 134-149.

Tsoukas, H. (2017). Don't simplify, complexify: from disjunctive to conjunctive theorizing in organization and management studies. *Journal of Management Studies*, 54 (2), 132-153.

Wood, G., Phan, P. H., & Wright, M. (2018). The problems with theory and new challenges in theorizing. *Academy of Management Perspectives*, 32(4), 405-411.

Woolgar, S., Coopmans, C., & Neyland, D. (2009). Does STS mean business?. *Organization*, 16(1), 5-30.

World Health Organization (2020). *WHO Timeline - COVID-19*. Em <<https://www.who.int/news-room/detail/27-04-2020-who-timeline---covid-19>>.

¹ O conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1987) também se alinha-se ao entendimento de rede, na teoria ator-rede. Latour sugere que, se não fosse tão estranho, a ANT poderia ser chamada de “actant-rhizome ontology” (Latour, 1999), justamente por capturar um significado de transformação/tradução que não se alcança ao empregar os termos tradicionais da teoria social.

² <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica>

³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-1>

⁴ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica>

⁵ <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/videos/2020/marco/ministerio-da-economia-anuncia-medidas-para-reduzir-impacto-do-coronavirus-no-setor-economico-16-03-2020>

⁶ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441404>

⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica>

⁸ <https://www.camara.leg.br/noticias/654868-maia-e-alcolumbre-criticam-em-nota-conjunta-postura-de-bolsonaro-contratamento-social/>

⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/em-nota-davi-e-maia-afirmam-que-saude-dos-brasileiros-e-prioridade/>

¹⁰ <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46747-nelson-teich-toma-posse-como-ministro-da-saude>

¹¹ <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/15/bolsonaro-e-teich-discordam-sobre-cloroquina-o-que-dizem-os-estudos.htm>

¹² https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorios-de-avaliacao-fiscal/2020/relatorio_bimestral_1o-2020.pdf/view

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=iHpYoeDMDxo>

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=voghPHGSPms>

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=voghPHGSPms>

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=ZEeaXtVrq-4>

¹⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/venceremos-o-virus-afirma-bolsonaro-em-pronunciamento-aos-brasileiros>

¹⁸ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16778/nota>

¹⁹ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=destaques>

²⁰ https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=GIIHwPH6VmM&feature=emb_logo (vídeo reunião)

²¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>

²² <http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX#:~:text=%E2%80%8B0s%20cidad%C3%A3os%20que%20receberem,necessidade%20de%20ir%20%C3%A0s%20ag%C3%AAs>

²³ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/05/confira-o-passo-a-passo-para-acompanhar-a-situacao-do-auxilio-emergencial>

²⁴ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica>

²⁵ https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#tempo-isolacao

²⁶ <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46536-saude-regulamenta-condicoes-de-isolamento-e-quarentena>

²⁷ <https://exame.com/economia/com-corrida-as-compras-supermercados-ja-tem-reducao-de-produtos/>

²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=42nTUhviteg>

²⁹ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica>

³⁰ <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>

³¹ <https://www.facebook.com/PAHOWHO/videos/544850829780812>

³² <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243084>

³³ <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46628-aplicativo-coronavirus-sus-agora-envia-mensagens-de-alertas-aos-usuarios>

³⁴ <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/consumidor/5383-ministerio-da-saude-disponibiliza-aplicativos-sobre-o-coronavirus>

³⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/teletrabalho-ganha-forca-como-alternativa-durante-pandemia>

³⁶ <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/governo-publica-medidas-trabalhistas-para-enfrentamento-do-covid-19>